

Reportagem Especial

CORONAVÍRUS

Redução de 25% no salário dos servidores federais

Proposta do governo prevê medida para todos os Poderes, por 4 anos, e proíbe, até 2022, reajustes e contratação de pessoal

O governo trabalha em uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a redução de 25% dos salários e da jornada de trabalho dos servidores federais de todos os Poderes. O destino desse dinheiro seria ações de combate ao novo coronavírus.

Se aprovada, a PEC teria efeito imediato e a redução dos salários valeria até o final de 2024. Quem recebe até três salários mínimos (hoje, o equivalente a R\$ 3.135) não seria afetado.

A redução se estenderia aos membros dos três poderes que não estão submetidos a jornada de trabalho definida e também a quem ocupa cargo comissionado ou função de confiança. Ou seja, promotores, juízes, deputados e senadores poderão ter os salários reduzidos.

O corte também alcançará vencimentos, subsídios, gratificações e demais parcelas remuneratórias de caráter permanente.

A medida do governo resgata pontos de uma proposta que já está em tramitação no Congresso, chamada de PEC Emergencial, que pouco avançou. O texto do governo prevê outras medidas com impacto para os servidores.

A proposta proíbe, até dezembro de 2022, concessão de reajustes salariais; criação de cargo que implique aumento de despesa; alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; contratação ou admissão de pessoal; e realização de concurso público, bem como criação ou aumento de auxílios; progressão ou promoção de carreira de servidores; e criação de qualquer despesa obrigatória.

As medidas relacionadas aos servidores, se aprovadas, devem reduzir as despesas da União com o funcionalismo e direcionar esses recursos para saúde. Elas não afetam estados e municípios.

Ao mesmo tempo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), discute o que vem chamando de “Orçamento de guerra”, que prevê a criação de um Comitê de Gestão da Crise e permite a ampliação das despesas públicas para conter o coronavírus.

Maia afirmou que a proposta do governo precisa sair com uma PEC do Executivo.

“O governo fez acordo com a equipe técnica dos governadores e precisa assumir isso.”



MAIA discute proposta que chama de “Orçamento de guerra”. Ela simplifica processo de compras do poder público

SAIBA MAIS

Políticos e juízes podem ser atingidos

Redução de salários

> **PROPOSTA** de Emenda à Constituição (PEC) elaborada pelo Executivo prevê a redução de 25% dos salários e da jornada de trabalho dos servidores federais de todos os Poderes.

> **SE APROVADA**, a PEC teria efeito imediato e a redução dos salários valeria até o final de 2024.

> **ELA SERIA** aplicável a ocupantes de cargos da administração direta, autárquica e fundacional, aos detentores de mandato eletivo e aos demais agentes políticos com remuneração superior a três salários mínimos (hoje, o equivalente a R\$ 3.135).

> **OU SEJA**, quem recebe até três salários mínimos não terá redução no sa-

lário, caso a medida passe a valer.

> **A REDUÇÃO SALARIAL** seria estendida a profissionais não estão submetidos a jornada de trabalho definida, bem como aos comissionados. Sendo assim, promotores, juízes, deputados e senadores poderão ter os salários reduzidos.

> **O CORTE** alcançará vencimentos, subsídios, gratificações e parcelas remuneratórias de caráter permanente.

Proibições

> **A PROPOSTA** proíbe, até dezembro de 2022, reajustes salariais; criação de cargo que implique aumento de despesa, contratação ou admissão de pessoal e concurso público.

> **PROÍBE AINDA**, criação ou aumento de auxílios; progressão ou promoção de carreira; e criação de qualquer despesa obrigatória.

“Orçamento de guerra”

> **OUTRA PEC** prevê a criação de um comitê de gestão da crise e permite a ampliação de despesas públicas para conter o coronavírus, sem as amarras que hoje restringem os gastos federais.

> **O TEXTO** autoriza o governo a gastar mais para conter o avanço do vírus e a adotar medidas econômicas relacionadas à pandemia.

Fonte: Pesquisa A Tribuna.

“Orçamento de guerra” vai liberar aumento do gasto público

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que vem sendo chamada de “Orçamento de guerra” propõe a criação de um Comitê de Gestão da Crise e permite aumento das despesas públicas para conter o coronavírus, sem as amarras que hoje restringem os gastos federais.

O texto dá ao governo a possibilidade de gastar mais para conter o avanço da Covid-19, além de adotar medidas econômicas relacionadas à pandemia.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), quer iniciar as discussões do texto na próxima semana.

Como se trata de proposta para mudar a Constituição, o texto terá de ser aprovado com o apoio de, pelo menos, 308 deputados, em duas votações, e 41 senadores, também em duas rodadas. Câmara e Senado vêm tendo sessões remotas para evitar aglomerações.

O Comitê de Gestão da Crise previsto na PEC será presidido pelo ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Ele, o titular da Economia, Paulo Guedes, e outros ministros terão poder de voto no grupo, que contará também com quatro secretários estaduais sem poder de voto. O colegiado terá o poder de anular atos e contratos celebrados pela União.

A PEC autoriza a contratação de pessoal, obras e serviços, além da realização de compras por um processo simplificado, mais rápido do que as regras estabelecidas para situações normais.

O governo poderá contratar profissionais de maneira emergencial e temporária, sem respeitar os limites de gastos com o funcionalismo estabelecidos na lei, enquanto durar a calamidade pública.

A proposta também permite que despesas relacionadas ao combate à pandemia e seus efeitos na economia possam ser feitas sem o cumprimento das regras que hoje regem o Orçamento público, mas garante a volta das medidas de contenção de despesas em 2021.

Pela proposta, a chamada regra de ouro – que proíbe o governo de emitir dívida para pagar despesas correntes, como salários – também fica suspensa este ano.

Vinte mil afetados no Espírito Santo

Sindicatos que representam servidores federais criticaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que está sendo preparada pelo governo.



MOREIRA: garantias constitucionais

O diretor-presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Espírito Santo (Sindsep-ES), Carlos Alberto Chacara Barbosa, chamou a ideia de “absurda”.

“Se ela for aprovada, será um massacre contra os servidores, que, há anos, já sofrem com o acúmulo de perdas salariais. No Estado, quase 20 mil trabalhadores poderão ser prejudicados.”

A coordenadora geral do Sindicato dos Trabalhadores na Ufes (Sintufes), Luar Santana de Paula, e o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social do Estado (Sindprev), William Aguiar,

também são contra a medida e afirmaram que o governo já planejava cortes antes mesmo da pandemia do novo coronavírus.

Já o diretor do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), Thalimar Matias Gonçalves, disse que, em vez de apresentar essa proposta, o governo poderia taxar grandes fortunas.

O presidente da Associação dos Magistrados do Estado (Amages), Daniel Peçanha Moreira, destacou que há garantias constitucionais que devem ser observadas, como a irredutibilidade de vencimentos.



PLENÁRIO da Câmara: análise